



Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2023.

ABRAGET 041/23.

**Sra. Patrícia Huguenin Baran**

Superintendente de Infraestrutura e Movimentação da

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP

**Nome da Instituição: Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas  
ABRAGET**

**Assunto:** Contribuições da ABRAGET para a Consulta Pública nº 12/2023 – minuta de resolução que revisa de forma pontual as Resoluções ANP nº 51/2013 e nº 11/2016, as quais regulamentam a atividade de carregamento de gás natural e o serviço de transporte de gás natural, respectivamente.

Prezada Sra. Superintendente,

Cordialmente cumprimentando-a a ABRAGET, Associação Brasileira de Geradoras Termelétricas, vem apresentar seus comentários e contribuições à Consulta Pública nº 12/2023, que tem como objetivo aprimorar as Resoluções ANP nº 51/2013 e nº 11/2016, as quais regulamentam a atividade de carregamento de gás natural e o serviço de transporte de gás natural, buscando harmonizá-las com as inovações trazidas pela nova Lei do Gás (14.134/2021).

Conforme amplamente divulgado, em 2021, o setor elétrico inaugurou uma nova modalidade de contratação de projetos de geração de energia denominado Leilão de Reserva de Capacidade, que exigirá dos nossos setores um esforço ainda maior para harmonização das condições técnicas e regulatórias.

Como é de conhecimento de V.S.<sup>a</sup>, nesses certames participam usinas termelétricas novas e existentes localizadas em todo o território nacional, competindo pela mesma demanda. Dessa forma, é **fundamental** que as usinas apresentem as melhores condições de competitividade para sagrarem-se vencedoras no Leilão.

Além disso, é importante esclarecer que a premissa principal do certame é a contratação de soluções que tenham um menor custo fixo, uma vez que as projeções de necessidade de capacidade do Operador Nacional do Sistema (“ONS”) e da Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”) indicam que a utilização dessa capacidade contratada seria por poucas horas. Ou seja, por se tratar de um ‘seguro’ para o sistema elétrico, essas térmicas ofertam

um custo fixo significativamente baixo e, por contrapartida, são capazes de comportar custos variáveis relativamente maiores.

Dito isso, ainda que na presente proposta de Consulta Pública esta ANP esteja dando um passo extremamente importante para viabilização da contratação dinâmica da capacidade de transporte dos dutos existentes, ao qual apresentamos singelas contribuições, **é importante mencionarmos a necessidade de avançarmos na criação de novos produtos mais competitivos e mais compatíveis com a realidade vivida por termelétricas nos Leilões de Capacidade.**

Atualmente a contratação da capacidade de transporte de gás natural, de forma fixa e com pagamento integral da tarifa de transporte - ainda que com baixíssima perspectiva de efetivo uso da malha - inviabiliza a contratação desses projetos de forma integrada, dado que tais custos sequer são comportados pelos preços-tetos estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") para o certame.

Diante do exposto, solicitamos que esta ANP instigue a evolução dos produtos ofertados para a contratação da capacidade de transporte, com alternativas mais econômicas, a fim de que no próximo Leilão, previsto para o 1º trimestre de 2024, possa-se efetivamente viabilizar a harmonização entre os contratos e a efetiva conexão das termelétricas na malha de transporte.

Sendo o que nos prestava para o momento, esta ABRAGET se coloca a inteira disposição da ANP para apresentar em detalhes o modelo de contratação previsto para as usinas termelétricas, sua forma de remuneração e os gargalos enfrentados na incorporação dos custos de transporte dentro da apresentação das ofertas para o certame, a fim de trabalharmos em conjunto na construção de uma solução que seja proveitosa e saudável para ambos os segmentos.

Sem mais, agradecemos a atenção e subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



**Xisto Vieira Filho**

Presidente



## FORMULÁRIO DE COMENTÁRIOS E SUGESTÕES

CONSULTA PÚBLICA Nº 12/2023 - de 08/08/2023 a 21/09/2023

NOME: ABRAGET

**Consulta Pública sobre minuta de resolução revisa de forma pontual as Resoluções ANP nº 51/2013 e 11/2016, as quais regulamentam a atividade de carregamento de gás natural e o serviço de transporte de gás natural, respectivamente, para fins de adequação da oferta e contratação de capacidade de transporte de gás natural.**

ARTIGO DA MINUTA	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO	JUSTIFICATIVA
<b>Alterações - RANP 51/2023 – Atividade de Carregamento de Gás Natural</b>		
<b>Art 1º A Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:</b>  Art. 2º Para os fins desta resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições prejuízo das definições contidas na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021:  (....)	<b>Incluir</b>  “XVI - Contrato Master: contrato firmado entre o Transportador e o Carregador que estabelece regras e condições aplicáveis às contratações futuras de serviços de transporte de gás natural;”	Considerando que esta ANP propõe no âmbito da RANP 51/2013 a inclusão do termo “Contrato Master” em seu art. 8º, §1º, sugerimos incluir a mesma definição prevista na proposta de alteração da Resolução ANP nº 11/2016.
Art. 2º (...) I - Capacidade Alocada de Transporte: parcela da Capacidade de Transporte alocada ao Carregador por meio do processo de <b>Oferta e Contratação de capacidade</b> , de Processo de Chamada Pública, <b>ou outras formas de contratação</b> ; (...)	N/A	Em relação à definição de “Capacidade Alocada de Transporte”, verifica-se que o trecho final prevê, de forma genérica, “outras formas de contratação”, sem definir quais seriam estas formas. Entendemos que essa possibilidade é um avanço importante, dado que não limita às transportadoras em um formato único de contratação. Entretanto é importante que esta ANP explore essas opções para que possamos ter novos produtos ofertados aos agentes,

		aumentando o uso da malha de transporte de gás. Assim, seria de suma importância entendermos desta ANP quais outras formas de contratação estão sendo desenhadas.
<p>“Art. 3º Poderão solicitar autorização para o exercício da atividade de Carregamento as sociedades ou consórcios constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.</p> <p>§ 1º É vedado o exercício da atividade de Carregamento:</p> <p>I - por sociedade ou consórcio que detenha autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural;</p> <p>II - em gasoduto de transporte objeto de autorização em que o autorizado seja sociedade que possua relação societária de controle ou coligação com o Carregador;</p> <p>§ 2º Fica vedada a participação de sociedade que detenha autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural em consórcios autorizados para o exercício da atividade de Carregamento.</p> <p>§ 3º A vedação de que trata o inciso II do § 1º do presente artigo se aplica à autorização em que tome parte consórcio cujo participante possua relação societária de controle ou coligação com o Carregador.</p> <p>§ 4º São consideradas sociedades coligadas e controladas aquelas definidas nos §§ 1º e 2º, respectivamente, do artigo 243 da Lei nº 6.404, 16 de dezembro de 1976.”</p>	<p style="text-align: center;"><b>INCLUSÃO</b></p> <p>“Art. 3º Poderão solicitar autorização para o exercício da atividade de Carregamento as sociedades ou consórcios constituídos sob as leis brasileiras, com sede e administração no País.</p> <p>§ 1º É vedada relação societária direta ou indireta de controle ou de coligação, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, entre transportadores e empresas ou consórcio de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural.</p> <p>§ 2º É vedado aos responsáveis pela escolha de membros do conselho de administração ou da diretoria ou de representante legal de empresas ou consórcio de empresas que atuem ou exerçam funções nas atividades de exploração, desenvolvimento, produção, importação, carregamento e comercialização de gás natural ter acesso a informações concorrentialmente sensíveis ou exercer o poder para designar ou o direito a voto para eleger membros do conselho de administração ou da diretoria ou representante legal do transportador.</p> <p>§ 3º A empresa ou o consórcio de empresas que tenham obtido autorização para o exercício da atividade de transporte de gás natural até a data de publicação da Lei nº 14.134, de 08 de abril de 2021, e não atendam aos requisitos e critérios de independência estabelecidos nos §§ 1º e 2º deste artigo terão que</p>	<p>Verificamos que as alterações realizadas em relação ao presente dispositivo foram limitadas à exclusão das referências à concessão. No entanto, considerando que os aspectos relativos às relações societárias entre carregadores e transportadores são disciplinados atualmente no art. 5º da Lei do Gás, entendemos que deverá prevalecer o disposto na Lei.</p> <p>Assim, sugere-se avaliar a exclusão deste artigo (visto que o tema já é disciplinado no âmbito legal) ou, alternativamente, a reprodução dos exatos termos previsto na Lei do Gás, a depender dos aspectos estratégicos envolvidos, a adoção de redação análoga à constante da Lei do Gás, de modo a preservar os direitos dos agentes envolvidos, inclusive quanto à emissão da certificação de independência.</p> <p>Nesse sentido, segue proposta de redação, com alguns ajustes em relação ao §3º para adequar a redação à presente Resolução.</p>

	<p>se submeter à certificação de independência expedida pela ANP, nos termos da regulação aplicável, no prazo de até 3 (três) anos, contados da publicação da citada Lei, ou de até 2 (dois) anos, contados da edição da respectiva Resolução pela ANP, o que expirar por último.</p> <p>§ 4º A certificação de independência de que trata o § 3º deste artigo terá validade máxima até 4 de março de 2039.</p>	
<p>“Art. 14. No exercício da atividade de Carregamento, o Carregador não poderá limitar ou prejudicar a livre concorrência, ou exercer de modo abusivo posição dominante que venha a deter em quaisquer mercados relativos às atividades que compõem a Indústria do Gás Natural, bem como, limitar ou prejudicar as condições operacionais e o livre acesso aos gasodutos de transporte, inclusive nas operações de troca operacional de gás natural. (...)</p> <p>§ 4º A ANP, por meio de processo administrativo que apure indício de infração às normas desta Resolução ou da legislação em vigor, deverá adotar as sanções aplicáveis aos agentes infratores em conformidade com a regulação pertinente e recomendar ao Ministério de Minas e Energia, quando for o caso, que reveja ou extinga o período de exclusividade.</p>	<p><b>Exclusão</b></p> <p>“Art. 14. No exercício da atividade de Carregamento, o Carregador não poderá limitar ou prejudicar a livre concorrência, ou exercer de modo abusivo posição dominante que venha a deter em quaisquer mercados relativos às atividades que compõem a Indústria do Gás Natural, bem como, limitar ou prejudicar as condições operacionais e o livre acesso aos gasodutos de transporte, inclusive nas operações de troca operacional de gás natural.</p> <p><del>§ 4º A ANP, por meio de processo administrativo que apure indício de infração às normas desta Resolução ou da legislação em vigor, deverá adotar as sanções aplicáveis aos agentes infratores em conformidade com a regulação pertinente e recomendar ao Ministério de Minas e Energia, quando for o caso, que reveja ou extinga o período de exclusividade</del></p>	<p>A Nota Técnica nº 2/2023/SIM/ANP-RJ, da Consulta Pública, prevê a exclusão do § 4º deste dispositivo:</p> <p><i>“V - ALTERAÇÕES PROPOSTAS E SUAS JUSTIFICATIVAS IV.1 - ALTERAÇÕES PROPOSTAS NA RESOLUÇÃO ANP 51/2013 [...] Alteração de Redação do § 2º e exclusão do § 4º do artigo 14: Não é mais utilizado o período de exclusividade”.</i></p> <p>No entanto, a minuta de resolução disponibilizada na Consulta Pública não faz referência a tal exclusão. Considerando que a Lei do Gás não traz mais previsão relacionada ao período de exclusividade do Carregador, sugerimos avaliar a sua exclusão, em linha com o exposto na Nota Técnica.</p>

Alterações - RANP 11/2016 – Serviço de Transporte de Gás Natural		
<p>“Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições, sem prejuízo das definições contidas na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021 (...)”</p>		<p>Sugestão de inclusão em local a ser avaliado pela ANP</p> <p>Apesar da NT mencionar que o Edital da CP 04 poderá ser considerado como base para o regramento para os processos de contratação de capacidade, na minuta não está explícito que os Produtos serão anuais com um horizonte de 5 anos e com calendário disponível no POC.</p> <p>Por sua vez, também não está explícito que o Produto de Curto Prazo terá prazo diário, mensal e trimestral ofertados conforme calendário disponível no POC.</p> <p>Justificativa</p> <p>Sugerimos explicitar na minuta pois esta previsibilidade é importante tanto para os carregadores interessados na contratação de capacidade de transporte como também para os transportadores.</p>
<p>“Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições, sem prejuízo das definições contidas na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021 (...)”</p> <p>XIX-C - Contrato Master ou Acordo-Quadro: contrato firmado entre o transportador e o carregador que estabelece regras e condições aplicáveis às contratações futuras de serviços de transporte de gás natural; (...)</p>	<p><b><u>Excluir</u></b></p> <p>XIX-C - Contrato Master <del>ou Acordo-Quadro</del>: contrato firmado entre o transportador e o carregador que estabelece regras e condições aplicáveis às contratações futuras de serviços de transporte de gás natural;</p>	<p>Considerando que o termo “Acordo-Quadro” não é utilizado ao longo da minuta, sugerimos avaliar a sua exclusão.</p>
<p>“Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições, sem prejuízo das definições contidas na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021 (...)”</p>	<p>“Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições, sem prejuízo das definições contidas na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021 (...)”</p> <p>Inclusão de definição</p>	<p>Sugerimos a inclusão desta definição, de acordo com a Lei 14.134/2021, pois entendemos adequado que a ANP observe o Plano Coordenado durante os Processos de Chamada Pública Coordenada ou</p>

	XXX - plano coordenado de desenvolvimento do sistema de transporte: plano proposto pelos transportadores que contempla as providências para otimização, reforço, ampliação e construção de novas instalações do sistema de transporte, conforme regulação da ANP	Processos de Oferta e Contratação Coordenada de Capacidade, previstos no art. 43-A.
<p>“Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições, sem prejuízo das definições contidas na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021 (...)</p> <p>XXXIV-A - Processo de Chamada Pública: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade estimar a demanda efetiva por serviços de transporte de gás natural e contratar capacidade de transporte firme em gasodutos a serem construídos ou ampliados;</p> <p>XXXIV-B - Processo de Chamada Pública Coordenada: procedimento realizado de maneira coordenada com outros Processos de Chamada Pública ou com outros Processos de Oferta e Contratação de capacidade;</p> <p>XXXIV-C - Processo de Oferta e Contratação de Capacidade: procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de Capacidade de Transporte firme em gasodutos existentes;</p> <p>XXXIV-D - Processo de Oferta e Contratação Coordenada de Capacidade: procedimento realizado de maneira coordenada com outros Processos de Chamada Pública ou com outros Processos de Oferta e Contratação de capacidade;</p> <p>(...)”</p>	<p>“Art. 2º Para os fins desta Resolução, ficam estabelecidas as seguintes definições, sem prejuízo das definições contidas na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021 (...)</p> <p>Inclusão de definição</p> <p>XXXIV-B - Processo de Chamada Pública Coordenada: procedimento realizado de maneira coordenada com outros Processos de Chamada Pública ou com outros Processos de Oferta e Contratação de capacidade, <b>inclusive de transportadoras distintas;</b></p> <p>XXXIV-C - Processo de Oferta e Contratação de Capacidade: <b>procedimento, com garantia de acesso a todos os interessados, que tem por finalidade a contratação de Capacidade de Transporte firme em gasodutos existentes;</b></p> <p>XXXIV-D - Processo de Oferta e Contratação Coordenada de Capacidade: procedimento realizado de maneira coordenada com outros Processos de Chamada Pública ou com outros Processos de Oferta e Contratação de capacidade, <b>inclusive de transportadoras distintas;</b></p> <p>(...)”</p>	<p>Sugerimos adequar as definições de acordo com a Lei 14.134/2021 e não as excluir como proposto nesta minuta:</p> <p>XXXII - ponto de entrega ou ponto de saída: ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é entregue pelo transportador ao carregador ou a quem este venha a indicar;</p> <p>XXXIII - ponto de recebimento ou ponto de entrada: ponto nos gasodutos de transporte no qual o gás natural é entregue ao transportador pelo carregador ou por quem este venha a indicar;</p> <p>Sugerimos a inclusão no item <b>XXIV-B</b> para deixar explícito que os processos coordenados também podem ocorrer entre transportadoras distintas.</p> <p>Sugestão de inclusão no item <b>XXIV-D</b> para deixar explícito que os processos coordenados também podem ocorrer entre transportadoras distintas.</p> <p>Solicitamos que a ANP ratifique ou nos esclareça os seguintes conceitos trazidos pela minuta em tela:</p>



		<p>Para a contratação do Serviço de Transporte de Curto-Prazo, por se tratar de uma modalidade firme, haverá o Processo de Oferta e Contratação de Capacidade.</p> <p>O Serviço de Transporte extraordinário poderá ser contratado a qualquer tempo no POC, não sendo ofertado no Processo de Oferta e Contratação de Capacidade.</p>
<p>“Art. 6º A oferta e a utilização do Serviço de Transporte Firme têm prioridade sobre a oferta e utilização dos Serviços de Transporte não-firmes.</p> <p>Art. 6A. A oferta e a utilização do serviço de transporte deverão obedecer a critério temporal hierárquico, devendo o oferecimento de serviços de maior prazo preceder os de menor prazo.</p> <p>Parágrafo único. A programação de recebimento e entrega do volume de gás natural destinado ao Serviço de Transporte Firme tem prioridade sobre a programação do Serviço de Transporte Interruptível, nos respectivos Pontos de Recebimento e Pontos de Entrega.”</p>	N/A	<p>Quanto ao art. 6A, verifica-se que foi incluída a necessidade de observância de “critério temporal hierárquico”, sem definir o que caracterizaria tal critério. Assim, não obstante a Nota Técnica prever que “a lógica do mercado é primeiro ofertar os serviços de transporte com prazos mais longos que dão maior estabilidade para as receitas dos transportadores e contribuem para a remuneração dos seus investimentos”, entendemos importante que a norma legal preveja, de forma clara e objetiva, como será aplicado tal critério, de forma a dar maior segurança jurídica para os agentes quanto aos efetivos critérios de oferta e utilização do serviço de transporte.</p>
<p>“Art. 8º O Serviço de Transporte Extraordinário deve ser oferecido pelo prazo máximo de 1 (um) ano, cabendo ao Transportador promover a oferta e contratação de capacidade para esse serviço com periodicidade anual ou inferior.</p> <p>Art. 8 – A. O Serviço de Transporte de curto prazo deverá ser contratado em plataforma eletrônica dos transportadores por meio da celebração de contrato master.</p> <p>Art. 8 – B. A ANP poderá, a seu critério e seguindo os princípios dispostos no § 3º do art. 3º, aprovar formas</p>	<p>Ajuste</p> <p>Art. 8 – A. O Serviço de Transporte de <b>Curto Prazo</b> deverá ser contratado em plataforma eletrônica dos Transportadores por meio da celebração de <b>Contrato Master</b>.</p>	<p>Solicitação de esclarecimentos</p> <p>De acordo com a definição de Serviço de Transporte Extraordinário, o mesmo poderá ser contratado a qualquer tempo. Como será a promoção da oferta e contratação de capacidade, uma vez que ela poderá prescindir do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade, que se aplica somente para a contratação de serviço firme?</p>



<p>diferenciadas e padronizadas de oferta e contratação do serviço de transporte.</p> <p>Art. 8º - C. A ANP poderá definir um calendário para a oferta de capacidade de transporte, de forma coordenada com todos os transportadores.</p> <p>Parágrafo único. No caso da contratação e não utilização do serviço pelo Carregador, de acordo com as regras estabelecidas pela ANP ou no Contrato de Serviço de Transporte, o Transportador deve assegurar que a respectiva Capacidade Disponível seja novamente oferecida ao mercado por meio de processo de Gerenciamento de Congestionamento Contratual.”</p>		<p>Sugerimos alguns ajustes nas nomenclaturas, para referenciar os termos definidos previstos no art. 2º</p> <p>Comentário adicional: Art. 8º - B: entendemos que o órgão regulador deve buscar uma harmonização/padronização das condições contratuais, zelando pelo princípio da isonomia. Formas diferenciadas deveriam ser excepcionalidades.</p>
<p>“Art. 23. É vedado ao Transportador celebrar Contratos de Serviço de Transporte com:</p> <p>I - sociedade ou consórcio que detenha autorização <del>em concessão</del> para o exercício da atividade de transporte de gás natural; ou</p> <p>II - Carregador com o qual o Transportador possua relação societária de controle ou coligação, <del>quando os Contratos de Serviço de Transporte se referirem a gasodutos de transporte objeto de concessão.”</del></p>	N/A	<p>Em relação ao inciso II, reiteramos os comentários realizados acima quanto ao art. 3º da Resolução ANP nº 51/2013.</p>
<p>“Art. 33. É vedada a Cessão de Capacidade Contratada em Gasoduto de Transporte objeto de autorização em que o concessionário seja sociedade que possua relação societária de controle ou coligação com o Cessionário interessado.</p> <p>§ 1º A vedação de que trata o caput se aplica à autorização- em que tome parte consórcio cujo participante possua relação societária de controle ou coligação com o Cessionário interessado.</p> <p>§ 2º São consideradas sociedades coligadas e controladas aquelas definidas nos §§ 1º e 2º, respectivamente, do Art. 243 da Lei nº 6.404, 16 de dezembro de 1976 ou legislação superveniente.”</p>	N/A	<p>Em relação aos aspectos afetos às relações societárias entre transportadores e carregadores, reiteramos os comentários realizados acima quanto ao art. 3º da Resolução ANP nº 51/2013. Ademais, especificamente quanto à cessão de capacidade e considerando a possibilidade de que o transportador obtenha a certificação de independência (nos termos do art. 5º da Lei do Gás), parece-nos que a vedação em questão não estaria aderente ao disposto na Lei. Assim, sugerimos a exclusão do artigo.</p>

“ <del>Da Chamada Pública para</del> Do Processo de Contratação de Capacidade”		
<p><del>Art. 37. Toda Capacidade Disponível para a contratação de Serviço de Transporte Firme em Instalações de Transporte será ofertada e alocada pela ANP segundo o processo de Chamada Pública, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia.</del></p> <p>Art. 37 A. O Processo de Oferta e Contratação de Capacidade existente será conduzido pelo Transportador, sob a supervisão da ANP, por meio da utilização de plataforma eletrônica dos transportadores e observância dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução.</p> <p>§1º O transportador submeterá à aprovação da ANP:</p> <p>I - a minuta do regulamento para oferta e contratação de capacidade;</p> <p>II - a minuta do contrato de serviço de transporte de gás natural; e</p> <p>III - a proposta tarifária, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>§2º O transportador disponibilizará no seu sítio eletrônico e em plataforma eletrônica, após a aprovação da ANP, os instrumentos referidos no parágrafo 1º;</p> <p>§3º A proposta tarifária será posta em consulta pública tarifária, em conformidade com o disposto no inciso I do art. 44-A, na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou nas normas supervenientes;</p> <p>§4º Após aprovados pela ANP, os instrumentos referidos no parágrafo 1º não poderão ser alterados, salvo mediante prévia e expressa aprovação da ANP.</p>		<p>Solicitação de esclarecimento/confirmação do entendimento</p> <p>A fase de manifestação de interesse (não vinculante) não acarretará em alteração da tarifa, somente a eventual redistribuição da capacidade disponível resultantes desta etapa.</p>

<p>§5º A Oferta e Contratação de Capacidade observará o seguinte procedimento:</p> <p>I - identificação dos potenciais carregadores e manifestação de interesse não vinculante;</p> <p>II - aprovação pela ANP das tarifas de referência e da eventual redistribuição da capacidade disponível resultantes da etapa de manifestação de interesse;</p> <p>III - análise das propostas garantidas vinculantes e alocação de capacidade;</p> <p>IV - celebração dos instrumentos contratuais e apresentação das respectivas garantias;</p> <p>VI - envio dos contratos celebrados para registro na ANP, conforme disposto no art. 26.</p> <p>§6º Na etapa de proposta garantida, caso algum carregador desista da capacidade solicitada na etapa anterior ou ultrapasse os percentuais permitidos de variação das solicitações de capacidade definidos no regulamento, o processo de oferta e contratação de capacidade poderá ser parcial ou totalmente reiniciado, a critério da ANP.”</p>		
<p><del>Art. 38. O processo de Chamada Pública de que trata o Art. 37 desta Resolução será realizado:</del></p> <p><del>I – de maneira direta, conduzido pela ANP; ou</del></p> <p><del>II – de maneira indireta, conduzido pelo Transportador, sob a supervisão da ANP.</del></p> <p><del>Parágrafo único. A ANP publicará no Diário Oficial da União – DOU a aprovação do edital de Chamada Pública a ser realizada pelo Transportador de maneira indireta, explicitando que os termos do edital aprovado apenas poderão ser alterados mediante prévia e expressa aprovação da ANP.</del></p>		

<p>“Art. 38-A. O regulamento do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade disporá sobre:</p> <p>I - o cronograma com todas as etapas do processo;</p> <p>II - as garantias que serão exigidas do Carregador;</p> <p>III - a tarifa de referência;</p> <p>IV - a metodologia de cálculo tarifário a ser adotada na fixação da tarifa de referência;</p> <p>V - a metodologia a ser utilizada para a fixação, de forma iterativa, da tarifa de Referência em função da demanda identificada ao longo do Processo de Oferta e Contratação de Capacidade;</p> <p>VI - as regras que serão utilizadas no cálculo das tarifas de transporte a serem pagas pelo Carregador que celebrar, com o Transportador, Contrato de Serviço de Transporte, bem como as regras de reajuste e de revisão tarifária;</p> <p>VII - o procedimento de alocação da Capacidade;</p> <p>VIII - os percentuais permitidos de variação das solicitações de capacidade entre as etapas de manifestação de interesse e de proposta garantida.</p> <p>IX - os procedimentos aplicáveis para a coordenação com outros Processos de Oferta e Contratação de Capacidade.</p> <p>§ 1º O regulamento do processo de oferta e contratação de capacidade deverá ser amplamente divulgado, de modo a permitir a participação efetiva do maior número possível de agentes interessados na oferta e contratação de capacidade de transporte de gás natural.</p>		
--	--	--

<p>§ 2º O regulamento poderá ser substituído por um contrato master com o conteúdo mínimo definido neste artigo, mediante prévia aprovação da ANP.”(NR)</p>		
<p><del>Art. 39. O processo de Chamada Pública deverá ser promovido:</del>  <del>I — anteriormente à outorga de autorização ou à licitação para a concessão da atividade de transporte que contemple a construção ou a ampliação de Gasodutos de Transporte; ou</del>  <del>II — por iniciativa da ANP ou por provocação de Transportadores ou Carregadores, de modo a garantir o acesso ao Serviço de Transporte Firme, em Capacidade Disponível, incluída a Capacidade Disponível advinda da renúncia de Capacidade Contratada de Transporte por Carregadores, do fim da vigência de Contratos de Serviço de Transporte ou de ampliações de Capacidade de Transporte.</del>  <del>§ 1º O processo de Chamada Pública deve ser iniciado com no mínimo 120 (cento e vinte) dias de antecedência com relação à data prevista para a capacidade se tornar disponível para contratação, de modo a garantir a conclusão tempestiva do processo e a continuidade da prestação do serviço.</del>  <del>§ 2º A ANP poderá determinar que o processo de Chamada Pública seja iniciado com um período maior de antecedência.</del></p> <p><del>Art. 40. O edital do processo de Chamada Pública observará os princípios da transparência, da isonomia e da publicidade e disporá sobre:</del>  <del>I — o cronograma com todas as etapas do processo, contendo, obrigatoriamente, a data limite para a assinatura do Termo de Compromisso pelo(s) Carregador(es);</del>  <del>II — as garantias que serão exigidas do(s) Carregador(es) por ocasião da assinatura do Termo de Compromisso;</del>  <del>III — a minuta do Termo de Compromisso a ser assinado pelo(s) Carregador(es) ao final do processo de Chamada Pública;</del>  <del>IV — as cláusulas essenciais que deverão integrar a minuta de Contrato de Serviço de Transporte relativo ao Serviço de Transporte a ser celebrado entre o(s) Carregador(es) e o Transportador;</del></p>		

<p><del>V— a proposta de traçado do Gasoduto de Transporte, quando couber;</del></p> <p><del>VI— a forma de definição do período de exclusividade, observado o Art. 3º, § 2º, da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, que terão os Carregadores Iniciais que assinarem o Termo de Compromisso;</del></p> <p><del>VII— a expectativa de Tarifa de Transporte Máxima;</del></p> <p><del>VIII— a metodologia de cálculo tarifário a ser adotada na fixação da Tarifa de Transporte Máxima;</del></p> <p><del>IX— a metodologia a ser utilizada para a fixação, de forma iterativa, da Tarifa de Transporte Máxima em função da demanda identificada ao longo do processo de Chamada Pública;</del></p> <p><del>X— as regras que serão utilizadas no cálculo das Tarifas de Transporte a serem pagas pelo(s) Carregador(es) que celebrar(em), com o Transportador, Contrato(s) de Serviço de Transporte, bem como as regras de reajuste e de revisão tarifária;</del></p> <p><del>XI— o Mecanismo de Alocação da Capacidade, para o caso em que a demanda total não puder ser suprida pelo projeto objeto do processo;</del></p> <p><del>XII— o prazo previsto para início das operações do Gasoduto de Transporte ou da ampliação, o qual irá constar do edital de licitação para a concessão; e</del></p> <p><del>XIII— os procedimentos aplicáveis para a coordenação com outros processos de Chamada Pública para contratação de capacidade.</del></p> <p><del>§ 1º O edital do processo de Chamada Pública deverá ser amplamente divulgado, de modo a permitir a participação efetiva do maior número possível de agentes interessados no transporte de gás natural.</del></p> <p><del>§ 2º O Termo de Compromisso referente a Gasoduto de Transporte sob o regime de concessão será assinado entre os Carregadores e a ANP e vigorará por período definido no edital de Chamada Pública ou até a data de assinatura do respectivo Contrato de Serviço de Transporte.</del></p> <p><del>§ 3º O Termo de Compromisso referente a Gasoduto de Transporte sob o regime de autorização poderá ser assinado</del></p>		
---	--	--

<p><del>diretamente entre os Carregadores e o Transportador autorizado e vigorará por período definido no edital de Chamada Pública ou até a data de assinatura do respectivo Contrato de Serviço de Transporte.</del></p> <p><del>Art. 41. A Chamada Pública deve ser estruturada em duas fases:</del>  <del>I – fase de identificação dos potenciais Carregadores, onde estes submetem manifestações de interesse não vinculantes; e</del>  <del>II – fase da análise das propostas garantidas e alocação de capacidade, onde os Carregadores submetem propostas vinculantes de compra de capacidade e é efetuada a alocação de capacidade.</del></p> <p><del>Parágrafo único. O período para submissão de manifestações de interesse não vinculantes deve ser compatível com a dimensão e complexidade do projeto, de forma a atrair o maior número possível de agentes interessados, e compreender no mínimo 15 (quinze) dias.</del></p>		
<p><del>Art. 42. Durante o processo de Chamada Pública, a análise das solicitações de capacidade demandadas pode implicar redimensionamento do Gasoduto de Referência, sujeito a teste de viabilidade técnico-econômica, o que acarretará o recálculo da Tarifa de Transporte Máxima a ser aplicada aos Carregadores participantes do processo.</del></p> <p><del>§ 1º No caso de contratação de capacidade em gasoduto sob o regime de autorização, se o Transportador não possuir as condições financeiras para arcar com todo o projeto após o redimensionamento, poderá ser acordado entre o Transportador e os Carregadores o pagamento antecipado pelos Serviços de Transporte solicitados, equivalente ao investimento adicional necessário, a ser abatido das respectivas Tarifas de Transporte.</del></p> <p><del>§ 2º A ausência de condições financeiras para um eventual redimensionamento de que trata o § 1º deve ser informada aos Carregadores participantes do processo e à ANP logo após recebimento das solicitações de capacidade.</del></p>		
<p><b>“Do Processo de Chamada Pública para estimativa de demanda e contratação de capacidade</b></p>		



<p>“Art. 42-A. O Processo de Chamada Pública será conduzido pelo transportador sob supervisão da ANP, por meio da utilização de plataforma eletrônica dos transportadores e observância dos procedimentos estabelecidos nesta Resolução.</p> <p>§ 1º O transportador submeterá à aprovação da ANP:</p> <p>I - a minuta do regulamento para estimativa de demanda e contratação de capacidade;</p> <p>II - a minuta do contrato de transporte de gás natural; e</p> <p>III - a proposta tarifária, nos termos da regulamentação aplicável.</p> <p>§2º O transportador disponibilizará no sítio eletrônico da transportadora e em plataforma eletrônica os instrumentos previstos nos incisos do § 1º, após a aprovação da ANP;</p> <p>§3º A proposta tarifária será posta em consulta pública tarifária, em conformidade com o disposto no inciso II do art. 44-A, na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, ou nas normas supervenientes;</p> <p>§4º Após aprovados pela ANP, os instrumentos referidos no parágrafo 1º não poderão ser alterados, salvo mediante prévia e expressa aprovação da ANP;</p> <p>§5º A Chamada Pública observará o seguinte procedimento:</p> <p>I - identificação dos potenciais carregadores e de manifestação de interesse não vinculante, etapa na qual é estimada a demanda efetiva pelo serviço de transporte;</p> <p>II - aprovação pela ANP das tarifas de referência e da eventual redistribuição da capacidade disponível resultantes da etapa de manifestação de interesse;</p>		
--	--	--

<p>III - análise de propostas garantidas vinculantes e alocação de capacidade;</p> <p>IV - celebração dos instrumentos contratuais e das respectivas garantias;</p> <p>V - envio dos contratos celebrados para registro na ANP.</p> <p>§6º Na etapa de manifestação de interesse, a análise das solicitações de capacidade demandadas pode implicar redimensionamento do Projeto de Referência, sujeito a teste de viabilidade técnico-econômica, o que acarretará o reinício do processo de chamada pública.</p> <p>§7º Se o transportador optar previamente pelo encerramento do Processo de Chamada Pública na etapa de manifestação de interesse, a reapresentação do projeto com ou sem alterações implicará em novo processo de chamada pública.</p> <p>§8º Na etapa de proposta garantida, caso algum carregador desista da capacidade solicitada na etapa anterior ou ultrapasse os percentuais permitidos de variação das solicitações de capacidade definidos no regulamento, o processo de oferta e contratação de capacidade poderá ser parcial ou totalmente reiniciado, a critério da ANP.”(NR)</p> <p>“Art. 42-B. O regulamento do Processo de Chamada Pública disporá sobre os mesmos elementos do regulamento definidos no art. 38-A acrescido dos seguintes itens:</p> <p>I - o projeto de referência;</p> <p>II - o prazo previsto para início das operações do Gasoduto de Transporte ou da ampliação;</p> <p>III - a variação das condições previstas no teste de viabilidade técnico-econômica que implica no redimensionamento do projeto de referência.</p>		
---	--	--

<p>IV - a definição pelo transportador se o processo terminará na etapa de manifestação de interesse, na qual é estimada a demanda efetiva, ou se prosseguirá até a etapa de contratação do serviço de transporte.</p> <p>Parágrafo único. O regulamento do Processo de Chamada Pública deverá ser amplamente divulgado, de modo a permitir a participação efetiva do maior número possível de agentes interessados na oferta e contratação de capacidade oriunda da ampliação e/ou construção de gasodutos.”(NR)</p>		
“Do Processo Coordenado de Contratação		
<p><del>Art. 43. O processo de Chamada Pública deve ser realizado de modo coordenado com:</del></p> <p><del>I— as Chamadas Públicas para contratação de capacidade em gasodutos com interconexões existentes, no caso de Instalações de Transporte adjacentes; ou</del></p> <p><del>II— as Chamadas Públicas para contratação de capacidade em gasodutos com interconexões previstas no projeto objeto da Chamada Pública.</del></p>		
<p>Art 43-A. Os Processos de Oferta e Contratação de Capacidade e de Chamada Pública devem ser realizados de modo coordenado com:</p> <p>I - os Processos de Oferta e Contratação de capacidade em gasodutos com interconexões existentes, no caso de Instalações de Transporte adjacentes; ou</p> <p>II - os Processos de Chamada Pública em gasodutos com interconexões planejadas no projeto de referência.”(NR)</p> <p>Parágrafo único: A ANP poderá, a seu critério, mediante solicitação fundamentada do transportador, dispensar a realização dos processos coordenados de que trata o caput.</p>	<p>Inserção de parágrafo</p> <p>§ 2º A ANP deverá observar o Plano Coordenado de Desenvolvimento do Sistema de Transporte proposto pelos transportadores, podendo propor a inclusão de contratações previstas no Caput</p>	<p>Sugere-se essa inclusão, pois entendemos adequado que a ANP observe o Plano Coordenado durante os Processos de Chamada Pública Coordenada ou Processos de Oferta e Contratação Coordenada de Capacidade, de forma a coordenação do sistema de transporte, até a fusão das áreas de mercado.</p>
“Da Consulta Pública Tarifária		

<del>Art.44 Nas situações previstas no Art. 43 desta Resolução, os agentes interessados em contratar tal capacidade devem solicitar, junto ao Transportador ou à ANP, a realização de Chamada Pública Coordenada.</del>		
<p>“Art. 44-A. A ANP realizará consulta pública tarifária nas seguintes hipóteses:</p> <p>I - no Processo de Oferta e Contratação de Capacidade, no ano anterior ao início do ciclo regulatório, ou a qualquer tempo a critério da ANP;</p> <p>II - no Processo de Chamada Pública.”(NR)”</p>		
<p>Art. 48. O proprietário de Gasoduto de Transferência que seja reclassificado como Gasoduto de Transporte transferirá a um Transportador de sua escolha a operação e a manutenção desta instalação, bem como a titularidade das autorizações de operação emitidas pela ANP e das demais licenças requeridas para a sua obtenção.</p> <p>§ 1º O proprietário do Gasoduto de Transferência reclassificado passará à qualidade de Carregador do Gasoduto de Transporte e terá preferência na contratação de Serviço de Transporte Firme diretamente junto ao Transportador, sem a necessidade de realização de <del>Processo de Oferta e Contratação de Capacidade Chamada Pública</del>, sendo a Capacidade Contratada de Transporte limitada pela máxima utilização do gasoduto no período de 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de reclassificação.</p> <p>§ 2º A minuta do Contrato de Serviço de Transporte deve ser submetida à aprovação da ANP no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de reclassificação.</p> <p>§ 3º A Tarifa de Transporte deverá ser calculada a partir dos critérios estabelecidos na Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014.</p>		

§ 4º Deverá ser realizada <b>Processo de Oferta e Contratação de Capacidade Chamada Pública</b> , conduzido <del>a de maneira indireta</del> pelo Transportador, sob supervisão da ANP, referente à Capacidade Disponível resultante da diferença entre a Capacidade Técnica de Transporte e a Capacidade Contratada de Transporte do proprietário do gasoduto reclassificado decorrente do exercício da preferência de contratação referida no § 1º.		
“Das Disposições Transitórias		
<del>Art. 49. Os Transportadores autorizados a construir ou operar Instalações de Transporte, assim como os Transportadores que já tenham conduzido um processo de Chamada Pública de maneira indireta terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação desta Resolução, para encaminhar para aprovação da ANP a primeira proposta de Termo de Acesso</del>		
“Art. 49-A. Até que venha a ser regulamentado o art. 11 da Lei 14.134 de 2021, o Processo de Chamada Pública que contemple a construção de gasoduto de transporte que, a critério da ANP, esteja sujeito à período de contestação, será definido pela ANP, com base no disposto no parágrafo único do art. 7º, e no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021.”(NR)”	Art. 49-A. Até que venha a ser regulamentado o art. 11 da Lei 14.134 de 2021, o Processo de Chamada Pública que contemple a construção de gasoduto de transporte, <del>a critério da ANP</del> , que esteja sujeito à período de contestação, será definido pela ANP, com base no disposto no parágrafo único do art. 7º, e no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021	O artigo 11 da Lei do Gás prevê que: “Art. 11. O processo de autorização para construção de gasoduto de transporte <b>deverá</b> prever, nos casos estabelecidos em regulamentação, <b>período de contestação</b> no qual outros transportadores poderão manifestar interesse na implantação de gasoduto com mesma finalidade. Parágrafo único. Se houver mais de um transportador interessado, a ANP deverá promover processo seletivo público para escolha do projeto mais vantajoso, considerados os aspectos técnicos e econômicos”. Já o art. 7º, § único, do Decreto nº 10.712/2021 determina que “o processo de autorização para construção de gasoduto de transporte destinado ao atendimento de novos mercados consumidores, nos termos da regulação da ANP, <b>deverá prever período de contestação</b> no qual outros

		transportadores poderão manifestar interesse na implantação de gasoduto com mesma finalidade”. Deste modo, considerando que o Decreto já determina hipótese em que deverá ser previsto período de contestação (qual seja, construção de gasoduto para atendimento a novos mercados consumidores), entendemos haver argumentos para sustentar que, nesta hipótese, a sua realização não deverá ficar a critério da ANP.
<del>Art. 50. Os Transportadores autorizados a construir ou operar Instalações de Transporte terão o prazo de 270 (duzentos e setenta) dias, contados da data de publicação desta Resolução, para desenvolver e disponibilizar plataforma eletrônica de que trata o Art. 9º Parágrafo único. Durante o prazo estipulado no caput, as solicitações de acesso devem ser encaminhadas por escrito ao Transportador pelo Carregador Interessado.</del>		
<p>“Art 50-A. Até que a Resolução ANP nº 15, de 14 de março de 2014, seja revisada, a tarifa de transporte aplicável ao serviço de transporte de curto prazo seguirá, no que couber, o disposto no seu art. 10 referente à tarifa de transporte aplicável ao serviço de transporte extraordinário.”(NR)</p> <p>Art 50-B. Até que esta resolução seja revisada de forma ampla conforme previsto em sua agenda regulatória, a ANP poderá adotar soluções individuais que visem ao atendimento do disposto na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, e nas diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética, com base no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021.</p>	Art 50-B. Até que esta resolução seja revisada de forma ampla conforme previsto em sua agenda regulatória, a ANP poderá, <del>respeitado o seu rito decisório</del> , adotar soluções individuais que visem ao atendimento do disposto na Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, e nas diretrizes do Conselho Nacional de Política Energética, com base no § 1º do art. 26 do Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021.	Em relação ao art. 50-B, sugerimos a inclusão proposta, de forma a garantir que as decisões individuais eventualmente tomadas pela Agência observem o rito decisório aplicável ao caso, conforme determina o art. 26 do Decreto citado.
“Das Disposições Finais		Solicitação de esclarecimentos: como serão tratados os casos de novos Pontos de Recebimento, Pontos de Entrega, ECOMPs (ou outras instalações aplicáveis) que trazem um benefício sistêmico? Seus respectivos investimentos serão incorporados na BRA e as tarifas de entrada e de saída serão revisadas de forma a incorporar esses investimentos e quando da celebração de contratos oriundos do processo de oferta e contratação de capacidade, as tarifas já

		garantirão a remuneração do transportador acerca de tais investimentos?
Art. 51 Sempre que a ANP identificar fato que possa configurar indício de infração à ordem econômica por parte dos agentes regulados, deverá comunicá-lo imediatamente aos órgãos de defesa da concorrência, sem prejuízo das medidas regulatórias de sua atribuição.		
<b>“Art. 50-C. Os contratos de serviço de transporte vigentes na data de publicação da Lei 14.134, de 8 de abril de 2021, serão adequados, no prazo de até 5 (cinco) anos, contados da publicação da referida Lei, ou de até 3 (três) anos, contados da publicação desta revisão da presente norma, o que expirar por último, de modo a refletir os novos regimes de contratação de capacidade, preservando a receita auferida pelos transportadores com os respectivos contratos.”(NR)</b>		
<del>Art. 54. Ficam revogadas as Resoluções ANP nºs 27 e 28, de 14 de outubro de 2005.</del> <del>Art. 55. Ficam revogados os Arts. 5º e 7º, da Portaria ANP nº 1, de 06 de janeiro de 2003.</del>		
<b>Art 3º Ficam revogados:</b> <b>I - da Resolução ANP nº 51, de 26 de dezembro de 2013:</b> <b>a) todos os “Considerando...”;</b> <b>b) do art. 2º, os incisos:</b> <b>1) IV;</b> <b>2) XIII; e</b> <b>3) XV;</b> <b>c) os §§ 2º a 4º do art. 8º; d) o art. 9º; e</b> <b>e) os arts. 17 a 19.</b> <b>II - da Resolução ANP nº 11, de 16 de março de 2016:</b> <b>a) todos os “Considerando...”;</b> <b>b) do art. 2º, os incisos:</b>		



<p>1) XI; 2) XVII; 3) XXIV a XXVI; 4) XXXI; 5) XXXIII; 6) XXXVI; 7) XXXIX; e 8) XLIII c) os §§1º ao 3º do art. 16; d) a seção “Do período de exclusividade” e) os arts. 27 e 28; f) o art. 31; g) a seção “Da Chamada Pública para Contratação de Capacidade”; h) os arts. 37 a 44; i) os arts. 49 e 50; e j) os arts. 54 e 55.</p>		
---	--	--